

WHIRLPOOL S.A.

Proposta da Administração

AGOE – 27/04/2017

# WHIRLPOOL S.A.

Av. das Nações Unidas, 12.995, 32º andar  
CEP: 04578-000 - São Paulo - SP  
CNPJ/MF nº 59.105.999/0001-86  
NIRE 35300035011

## Proposta da Administração

### Sumário

<b>MATÉRIAS A SEREM DELIBERADAS EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA .....</b>	<b>3</b>
<b>APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....</b>	<b>3</b>
<b>DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO .....</b>	<b>3</b>
<b>MATÉRIAS A SEREM DELIBERADAS EM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA.....</b>	<b>4</b>
<b>ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL .....</b>	<b>4</b>
<b>ANEXO I – Comentário dos Administradores .....</b>	<b>6</b>
<b>ANEXO II – Proposta de Destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2016.....</b>	<b>31</b>
<b>ANEXO III – Proposta Aumento de Capital .....</b>	<b>36</b>
<b>ANEXO III – Proposta do Estatuto Social da Whirlpool S.A.....</b>	<b>39</b>

## **WHIRLPOOL S.A.**

Av. das Nações Unidas, 12.995, 32º andar  
CEP: 04578-000 - São Paulo - SP  
CNPJ/MF nº 59.105.999/0001-86  
NIRE 35300035011

### **PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO**

Senhores Acionistas:

A Administração da Whirlpool S.A. ("Companhia"), nos termos do que dispõem a legislação pertinente e o seu Estatuto Social, objetivando atender aos interesses da Companhia, vem apresentar a V. Sas. a presente proposta contendo as informações exigidas pela Instrução nº 481 da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM nº 481/09"), relacionadas à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia a se realizar no dia 27 de abril de 2017, às 09:00hs, na sua sede, localizada na Av. das Nações Unidas, nº 12.995, 32º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ("AGOE").

Apresentaremos a seguir a proposta da administração da Companhia com relação a cada um dos itens da ordem do dia da AGOE.

#### **A) MATÉRIAS A SEREM DELIBERADAS EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

##### **I. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

A administração da Companhia propõe a aprovação do Relatório Anual da Administração, das Demonstrações Financeiras da Companhia e o Relatório dos Auditores Independentes relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2016.

Os comentários dos diretores sobre a situação financeira da Companhia exigido pelo Art. 9º, inciso III, da Instrução CVM nº 481/09 constam do **Anexo I** à presente proposta.

##### **II. DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO**

Nos termos do art. 192 da Lei nº 6.404/76 e tendo em vista o lucro líquido do exercício findo em 31.12.2016, no montante de R\$311.788.267,34 (trezentos e onze milhões, setecentos e oitenta e oito mil, duzentos e sessenta e sete reais e trinta e quatro centavos), propõe a administração a seguinte destinação ao referido lucro:

a) a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$77.959.756,37 (setenta e sete milhões, novecentos e cinquenta e nove mil, setecentos e cinquenta e seis reais e trinta e sete centavos), correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício findo em 31.12.2016, conforme art. 202, §2º, da Lei nº 6.404/76 e art. 23 do Estatuto Social da Companhia e que serão pagos até 31 de dezembro de 2017, nos termos do art. 205, §3º, da Lei nº 6.404/76;

b) destinação do montante de R\$160.519.200,83 (cento e sessenta milhões e quinhentos e dezenove mil e duzentos reais e oitenta e três centavos), para a Reserva Estatutária, denominada Reserva de Investimentos, até o limite do capital social da Companhia, nos termos do art. 23, parágrafo 4º do Estatuto Social da Companhia; e

c) aumento do capital social da Companhia, sem a emissão ou a modificação do número de ações, nos termos dos arts. 169, §1º, e 199, da Lei nº 6.404/76 no montante de R\$73.309.310,14 (setenta e três milhões, trezentos e nove mil, trezentos e dez reais e quatorze centavos), tendo em vista que o saldo da conta de Reserva de Lucros atingiu o limite do valor do capital social da Companhia.

Fica consignado que nenhuma parcela do lucro líquido será destinada à reserva legal, tendo em vista que seu o saldo alcançou o limite de 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

As informações sobre a destinação do lucro líquido exigidas pelo Art. 9º, § 1º, inciso II, da Instrução CVM nº 481/09 constam do **Anexo II** à presente proposta.

## **B) MATÉRIAS A SEREM DELIBERADAS EM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

### **I. ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL**

Na Assembleia Geral Extraordinária, os Senhores Acionistas serão solicitados a votar sobre a proposta de alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia para alteração do valor do capital social da Companhia, cuja redação será:

*“ARTIGO 5º: O capital social é de R\$1.159.102.348,07 (um bilhão, cento e cinquenta e nove milhões, cento e dois mil, trezentos e quarenta e oito reais e sete centavos), totalmente integralizado, dividido em 1.502.786.006 (um bilhão, quinhentos e dois milhões, setecentos e oitenta e seis mil e seis) ações escriturais, sem valor nominal, sendo 1.028.700.892 (um bilhão, vinte e oito milhões, setecentos mil, oitocentas e noventa e duas) ações ordinárias e 474.085.114 (quatrocentos e setenta e quatro milhões, oitenta e cinco mil, cento e quatorze) ações preferenciais. § 1º - As ações preferenciais, sem direito a voto, terão prioridade, em relação às ações ordinárias, no reembolso do capital em caso de liquidação da Companhia, e terão direito a dividendos, no mínimo 10% (dez por cento), maiores do que os atribuídos às ações ordinárias, tanto no rateio do dividendo mínimo*

*obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento), a que se refere o Artigo 23, § 2º, letra "b", deste Estatuto, como na distribuição pela Companhia, a qualquer título, de novas ações bonificadas ou outros quaisquer títulos ou vantagens, inclusive em casos de capitalização de quaisquer reservas ou provisões, e capitalização de lucros remanescentes não distribuídos. § 2º - Todas as ações da Companhia são escriturais, sem emissão de certificado, permanecendo em conta de depósito, em nome de seus titulares, em Instituição Financeira designada pelo Conselho de Administração. § 3º - As ações ordinárias terão direito a voto nas Assembleias Gerais, correspondendo a cada uma delas 1 (um) voto."*

A proposta de alteração do capital social da Companhia tem como objetivo atender o disposto no Arts. 169, §1º, e 199, da Lei nº 6.404/76, uma vez que, após proposta para destinação dos lucros do exercício findo em 31.12.2016, verificou-se que conta de Reserva de Lucros atingiu o limite do capital social da Companhia. Assim, R\$73.309.310,14 (setenta e três milhões, trezentos e nove mil, trezentos e dez reais e quatorze centavos), são destinados para aumento de capital social da Companhia, sem a emissão ou a modificação do número de ações; ficando consignado que nenhuma parcela do lucro líquido será destinada à reserva legal, tendo em vista que o seu saldo alcançou o limite de 20% do capital social da Companhia, nos termos do Art. 193, da Lei nº 6.404/76.

Atendendo ao disposto no artigo 11, item I, da Instrução CVM nº 481/09, a proposta de alteração do Estatuto Social da Companhia consta do **Anexo V** à presente Proposta.

São Paulo, 27 de março de 2017.

---

**JOÃO CARLOS COSTA BREGA**  
Presidente do Conselho de Administração

## Anexo I

### **Comentários dos Administradores sobre a Situação Financeira da Companhia**

*(conforme art. 9, III da Instrução CVM nº 481/09 e Capítulo 10 do Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/09)*

#### **10.1 Comentários dos Diretores sobre:**

##### **a. condições financeiras e patrimoniais gerais**

A Diretoria entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar o seu plano de negócio e cumprir as suas obrigações de curto e médio prazo.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014 a Companhia registrou lucro líquido de R\$312 milhões, R\$287 milhões e R\$709 milhões respectivamente. Apresentamos abaixo os índices de endividamento sobre ativo total e liquidez corrente, referentes à Companhia:

WHIRLPOOL S.A.			
ÍNDICES	2016	2015	2014
ENDIVIDAMENTO SOBRE ATIVO TOTAL	0,62	0,63	0,66
LIQUIDEZ CORRENTE	1,19	1,15	1,21

O capital de giro da Companhia e seus recursos de caixa, inclusive empréstimos de terceiros, são suficientes para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos, no mínimo, para os próximos 12 (doze) meses.

## **b. estrutura de capital**

A estrutura de capital da empresa é formada por capital próprio proveniente da geração de caixa operacional da Companhia e por capital de terceiros, através de financiamentos com a FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos e outras instituições financeiras.

A Diretoria entende que a atual estrutura de capital apresenta hoje níveis conservadores de alavancagem e seu objetivo é assegurar uma classificação de crédito forte, maximizar o valor do acionista e a perpetuidade do negócio.

Em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014, o patrimônio líquido era de R\$2.544,8 milhões, R\$2.509,2 milhões e R\$2.133,2 milhões respectivamente. De modo que seu patrimônio líquido não sofreu variações relevantes. O capital de terceiros nestes mesmos períodos eram de R\$337,4 milhões em 2016, R\$389,9 milhões em 2015 e R\$348,8 milhões em 2014.

O percentual de capital de terceiros sobre o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014, eram de 13,3%, 15,9% e 16,4% respectivamente, sendo o percentual remanescente de capital próprio proveniente da operação da Companhia.

A diretoria monitora sua estrutura de capital através de sua dívida líquida: empréstimos, financiamentos e operações com derivativos, menos caixa e equivalentes de caixa. A tabela abaixo apresenta a estrutura de capital existente nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014, considerando a dívida líquida sobre o patrimônio líquido.

	2016	2015	2014
Empréstimos e financiamentos	337.359	398.906	348.825
Derivativos	13.486	47.972	60.027
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(756.352)	(490.114)	(722.866)
Dívida líquida	(405.507)	(43.236)	(314.014)
Patrimônio líquido	2.544.790	2.509.249	2.133.208

A diretoria destaca que a posição de dívida líquida é negativa, ou seja, possui caixa e equivalentes de caixa suficientes para liquidar os empréstimos, financiamentos e derivativos em sua totalidade.

Não há no curto prazo, previsão de resgate de ações de emissão da Companhia.

## **c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

Nossa maior necessidade de recursos deve-se a (i) pagamento pelo custo dos produtos vendidos e (ii) impostos indiretos relacionados a nossas atividades operacionais tais como ICMS, PIS/COFINS e IPI.

Nossa principal fonte de recurso é o caixa gerado por meio de nossas atividades operacionais.

A posição do ativo circulante em 31 de dezembro de 2016 era de R\$4.275,4 milhões, comparada com R\$4.374,4,2 milhões em 31 de dezembro de 2015.

A posição do passivo circulante em 31 de dezembro de 2016 era de R\$ 3.598,2 milhões, comparada com R\$ 3.805,7 milhões em 31 de dezembro de 2015.

Acreditamos que os recursos disponíveis, a nossa geração de caixa operacional e linhas de crédito existentes serão suficientes para as nossas necessidades de liquidez e nossos compromissos financeiros para os próximos 12 meses.

#### **d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas**

A principal fonte de financiamento para capital de giro e investimentos em ativos não circulantes da Companhia é sua própria geração de fluxo de caixa operacional.

Durante o ano 2016, a Companhia celebrou contratos de financiamento na modalidade de NCE “Nota de Crédito à Exportação” que tiveram como objetivo financiar o capital de giro da Companhia.

Para financiamento de investimentos, referente a projetos de desenvolvimento, a Companhia utiliza-se também de programas promovidos pela agência Financiadora de Estudos e Projetos, FINEP, empresa pública federal, vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, por meio de subvenção econômica, recursos não reembolsáveis de cooperação universidade-empresa e recursos reembolsáveis, além de incentivos fiscais à pesquisa e desenvolvimento da Lei 11.196/2005.

#### **e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

Além da geração de caixa operacional da Companhia, havendo eventuais descasamentos de disponibilidades no curto prazo, a Companhia dispõe de linhas de crédito junto aos principais bancos comerciais de primeira linha atuantes no país.

Em dezembro de 2016 e 2015, a Companhia tinha disponível uma linha de crédito garantida, que oferece empréstimos de até R\$1.000.000, com algumas restrições sobre o montante disponível para cada saque. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não tínhamos empréstimos contraídos sob este contrato de crédito. Adicionalmente, a Companhia pode utilizar linhas de empréstimos bancários como a NCE e CCB, em 31 de dezembro de 2016 não haviam empréstimos contraídos nessa modalidade.



**f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas (últimos 3 exercícios), descrevendo ainda:**

	Controladora			Consolidado			Garantias
	2016	2015	2014	2016	2015	2014	
<b>Moeda nacional:</b>							
FINEP (TJLP + 5,0% a.a.)	<b>109.877</b>	160.418	210.985	<b>109.877</b>	160.418	210.985	Fiança Bancária
NCE (111% CDI)	-	35.064	-	-	35.064	-	
<b>Moeda estrangeira:</b>							
Saques cambiais de exportação	<b>195.968</b>	198.164	137.630	<b>195.968</b>	198.164	137.630	
Capital de giro	<b>3.840</b>	912	210	<b>31.514</b>	5.260	210	
<b>Total dos financiamentos</b>	<b>309.685</b>	394.558	348.825	<b>337.359</b>	398.906	348.825	
<b>Circulante</b>	<b>238.028</b>	293.583	188.262	<b>265.702</b>	297.931	188.262	
<b>Não circulante</b>	<b>71.657</b>	100.975	160.563	<b>71.657</b>	100.975	160.563	

**(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

No primeiro semestre de 2016, foram celebrados contratos de NCE e CCB, nos montantes de R\$64.000 e R\$60.000, que foram liquidados em 29 de março de 2016 e 06 de maio de 2016 respectivamente.

Em 9 de outubro de 2008, a Companhia celebrou um contrato de financiamento com a FINEP no montante de R\$100.000, disponibilizado em duas parcelas: R\$75.000 em 15 de novembro de 2008 e R\$25.000 em 20 de julho de 2009. Sobre o principal incide juros de 5% ao ano, a título de Spread, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP. Os encargos deste contrato serão limitados a 5,25% ao ano, de acordo com a equalização. Esse financiamento tem como objetivo custear, parcialmente, despesas incorridas na elaboração do projeto "Desenvolvimento de Soluções Tecnológicas e Capacitação do Quadro de Pesquisadores". Como garantias foram apresentadas à FINEP cartas de fianças emitidas por instituições financeiras previamente aprovadas pela mesma. O contrato contemplou período de carência de 20 meses onde foram considerados os encargos. O saldo devedor está sendo pago em 81 (oitenta e uma) parcelas mensais e sucessivas, sendo que o vencimento da primeira parcela ocorreu em 15 de junho de 2010 e as demais nos meses subsequentes, sendo o último vencimento em 15 de fevereiro de 2017.

Para financiar parte do investimento em inovação de eletrodomésticos e compressores com maior eficiência energética e sustentabilidade, a Companhia celebrou, em 4 de dezembro de 2012, nova linha de crédito com a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP. O montante do financiamento é de R\$ 181.000, disponibilizado em quatro parcelas de R\$ 45.250, sendo a primeira liberação em 20 de dezembro de 2012, a segunda em 14 de novembro de 2013, a terceira em 03 de janeiro de 2014 e a quarta em 11 de dezembro 2014. Sobre o principal incorrem juros remunerados a TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) mais

5% ao ano a título de Spread, reduzidos por equalização equivalente a TJLP ao ano, resultando em uma taxa de financiamento de 5% ao ano. O valor do principal do contrato será amortizado mensalmente em 61 (sessenta e uma) prestações, subsequente ao período de carência de 24 meses. O pagamento de juros é mensal inclusive no período de carência.

**(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras**

Não há outras dívidas de longo prazo contratadas com instituições financeiras, além das já mencionadas no item (i) acima.

**(iii) grau de subordinação entre as dívidas**

Além das dívidas quirográficas acima mencionadas junto à FINEP, as quais são garantidas por uma fiança bancária, a Companhia possui outras obrigações registradas no passivo exigível do balanço patrimonial que integra as Demonstrações Financeiras correspondentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, as quais se referem a obrigações de natureza trabalhista e tributária, além de obrigações relacionadas a fornecedores, locação de imóvel e aquisição de energia elétrica.

As obrigações relacionadas à locação de imóvel e aquisição de energia elétrica também são garantidas por fianças bancárias. Nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as obrigações da Companhia registradas no passivo exigível dos balanços patrimoniais que integram as Demonstrações Financeiras correspondentes a estes exercícios sociais, também foram compostas por obrigações da mesma natureza daquelas registradas para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

De acordo com a natureza dos créditos correspondentes a estas obrigações, a ordem de preferência entre elas na hipótese de eventual concurso universal de credores seria a seguinte: primeiro seriam satisfeitas as obrigações relativas a empregados e equiparados até o limite de 150 salários mínimos; na sequência seriam satisfeitas as obrigações de natureza tributária e, por fim, as obrigações quirográficas, uma vez que a Companhia não possui obrigações registradas no passivo exigível com garantia real ou qualquer outro privilégio ou preferência.

**(iv) eventuais restrições a nós impostas em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprido essas restrições.**

Nos contratos de financiamento mencionados no item (i) acima, inexistem restrições (*covenants*) impostas à Companhia.

**g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados**

A Companhia tem dois contratos em vigor que foram tomados na sua integralidade conforme estão descritos abaixo:

Em 09 de outubro de 2008, a Companhia celebrou um contrato de financiamento com a FINEP, no valor de R\$ 100 milhões, disponibilizado em duas parcelas: R\$ 75 milhões em 15 de novembro de 2008 e R\$ 25 milhões em 20 de julho de 2009.

Em 4 de Dezembro de 2012, a Companhia celebrou nova linha de crédito com a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP. O montante do financiamento é de R\$ 181.000, sendo que já foi disponibilizado em quatro parcelas de R\$ 45.250, sendo a primeira liberação em 20 de dezembro de 2012, a segunda em 14 de novembro de 2013, a terceira em 03 de janeiro de 2014 e a quarta em 11 de dezembro 2014.

#### h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

**Resultados Operacionais Consolidados:** A tabela a seguir demonstra os resultados operacionais consolidados referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014.

	Consolidado		
	2016	2015	2014
Receita líquida de vendas e serviços	9.218.765	9.387.172	9.659.403
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(7.634.030)	(7.800.892)	(7.563.867)
<b>Lucro bruto</b>	<b>1.584.735</b>	<b>1.586.280</b>	<b>2.095.536</b>
(Despesas) receitas operacionais			
Despesas com vendas e distribuição	(777.222)	(769.405)	(560.381)
Despesas administrativas	(433.157)	(470.740)	(393.227)
Outras despesas operacionais, líquidas	(55.932)	69.480	(88.729)
<b>Lucro antes das receitas e despesas financeiras</b>	<b>318.424</b>	<b>415.615</b>	<b>1.053.199</b>
Receitas financeiras	981.835	1.292.675	772.100
Despesas financeiras	(835.116)	(1.190.650)	(848.824)
Equivalência Patrimonial	(13.901)	(3.241)	-
<b>Lucro antes dos impostos</b>	<b>433.242</b>	<b>514.399</b>	<b>976.475</b>
Imposto de renda corrente e diferido	(86.629)	(190.855)	(195.514)
Contribuição social corrente e diferida	(29.873)	(32.660)	(67.053)
	<b>(116.502)</b>	<b>(223.515)</b>	<b>(262.567)</b>
Lucro antes da participação dos acionistas não controladores	316.740	290.884	713.908
Participação de não controladores	(4.952)	(4.092)	(4.940)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>311.788</b>	<b>286.792</b>	<b>708.968</b>

Atribuíveis aos:

- Acionistas controladores	311.788	286.792	708.968
- Acionistas não controladores	4.952	4.092	4.940

Em 2016 a receita líquida de vendas e serviços reduziu 1,8% ou R\$168,4 milhões, passando de R\$9.387,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 para R\$9.218,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

O setor de linha branca brasileiro sofreu forte contração de 16,5% em 2016, impactado pela conjuntura econômica do país (crise econômica e política, confiança do consumidor e aumento da taxa de desemprego). Nos demais países da América Latina, o setor apresentou uma queda média de -2%, mas com performance variada entre países. Os destaques ficam para Argentina (-10%), Colômbia (-3%) e América Central (6%). Em 2016, a demanda de compressores na Ásia foi afetada pela redução da atividade econômica na China. Na América Latina também houve queda, principalmente, devido à crise econômica e política no Brasil. Em contrapartida, houve uma leve melhora no mercado Europeu e uma tendência positiva no mercado Norte Americano, embora tenha uma forte pressão nos preços vinda de competidores locais.

O custo dos produtos vendidos acumulado reduziu 2,2%, passando de R\$7.800,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 para R\$7.634 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2016. A variação deve-se principalmente pela retração do volume de vendas do ano de 2016 quando comparado com o mesmo período de 2015.

Nossas despesas operacionais compreendem substancialmente despesas com vendas, propaganda, publicidade e relacionados, administrativas, gerais e tributárias, e outras despesas operacionais, líquidas.

Os fatores acima determinaram o resultado antes do imposto de renda e da contribuição social, que foi de R\$ 433,2 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2016 comparado a R\$ 514,4 milhões no mesmo período em 2015, representando uma variação negativa de R\$81,2 milhões. O lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 alcançou R\$312 milhões ou 3,4% (R\$287 milhões em 2015 ou 3,1%), das receitas líquidas de vendas e serviços.

Comparação das contas patrimoniais consolidadas:

	Consolidado		
	2016	2015	2014

Ativo

Circulante

Caixa e equivalentes de caixa	756.352	490.114	722.866
-------------------------------	---------	---------	---------

Contas a receber, líquidas	1.393.737	1.530.561	1.177.859
Estoques	1.164.499	1.149.531	1.180.788
Impostos a recuperar e antecipados	138.038	261.798	255.023
Partes relacionadas	637.192	797.384	1.042.027
Operações com derivativos	3.935	11.071	8.248
Outros ativos circulantes	181.662	133.891	153.064
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>4.275.415</b>	<b>4.374.350</b>	<b>4539.875</b>

Não circulante

Operações com derivativos	282	119	-
Impostos a recuperar	22.470	27.150	26.181
Depósitos para recursos e outros	133.337	205.760	151.468
Imposto de renda e contribuição social diferidos	211.489	234.358	229.707
Partes relacionadas	321.079	367.210	239.748
Plano de previdência privada	-	3.487	-
Outros ativos	92.311	116.107	44.570
Investimentos	148.755	125.944	5.510
Imobilizado	1.221.009	1.188.758	997.937
Intangível	142.991	106.199	90.004
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>2.293.723</b>	<b>2.375.092</b>	<b>1.785.125</b>

<b>Total do ativo</b>	<b>6.569.138</b>	<b>6.749.442</b>	<b>6.325.000</b>
-----------------------	------------------	------------------	------------------

Consolidado

	2016	2015	2014
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	2.260.527	2.289.079	2.489.719
Empréstimos e financiamentos	265.702	297.931	188.262

Impostos, taxas e contribuições a pagar	192.965	316.090	359.778
Salários e encargos sociais	125.799	125.817	129.189
Partes relacionadas	222.950	250.161	84.551
Operações com derivativos	15.353	47.382	64.664
Provisão para demandas judiciais e administrativas	-	-	-
Outros passivos	514.946	479.220	450.391
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>3.598.242</b>	<b>3.805.680</b>	<b>3.766.554</b>
<b>Não circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	71.657	100.975	160.563
Operações com derivativos	2.350	11.780	3.611
Impostos, taxas e contribuições a pagar	-	-	21.917
Partes relacionadas	50.385	45.730	44.804
Plano de previdência privada	4.682	-	5.543
Plano de assistência médica	84.385	69.070	79.428
Provisão para demandas judiciais e administrativas	160.777	169.670	96.874
Outros passivos	51.870	37.288	12.498
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>426.106</b>	<b>434.513</b>	<b>425.238</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	1.085.793	1.085.793	1.085.793
Reserva de capital	138.554	115.021	84.698
Reserva de lucros	1.159.103	925.274	833.493
Ajuste de avaliação patrimonial	(9.986)	(35.550)	(30.828)
Ajustes acumulados de conversão	36.497	249.059	29.797
Participação de não controladores	134.829	169.652	130.255
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>2.544.790</b>	<b>2.509.249</b>	<b>2.133.208</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>6.569.138</b>	<b>6.749.442</b>	<b>6.325.000</b>

As variações significativas nas contas patrimoniais foram:

Ativo circulante: O ativo circulante reduziu em 2,3% ou R\$98,9 milhões, sendo os principais impactos (i) aumento de 54,3%, ou R\$266,2 milhões na conta de “Caixa e equivalentes de caixa”, (ii) redução de 8,9% ou R\$136,8 milhões na conta de “Contas a receber, líquidas”, (iii) redução de 20,1% ou R\$160,2 milhões na conta de “Partes relacionadas” e (iv) redução de 47,3% ou R\$123,8 milhões na conta de “Impostos a recuperar e antecipados”.

Ativo não circulante: O ativo não circulante aumentou em 3,4% ou R\$81,4 milhões, sendo os principais impactos (i) redução de 12,6% ou R\$46 milhões na conta de “Partes relacionadas”, (ii) aumento de 35,2% ou R\$72,4 na conta de “Depósitos para recursos e outros” e (iii) aumento de 34,6% ou R\$36,8 na Conta de “Intangível”.

Passivo Circulante: O passivo circulante reduziu em 5,5% ou R\$207,4 milhões, sendo os principais impactos (i) redução de 67,6% ou R\$32 milhões na conta de “operações com derivativos”, (ii) redução de 39% ou R\$123 milhões na conta de “Impostos, taxas e contribuições a pagar”, (iii) redução de 10,9% ou R\$27,2 milhões na conta de “Partes relacionadas” e (iv) redução de 10,8% ou R\$32,2 milhões na conta de “Empréstimos e financiamento”.

Passivo Não Circulante: Não houve variações relevantes neste grupo.

Patrimônio Líquido: O patrimônio líquido aumentou em 1,4% ou R\$35,5 milhões, sendo os principais impactos (i) redução de R\$212 milhões referente a ajustes acumulados de conversão e (ii) aumento de R\$233,8 milhões gerado pela reserva de lucros.

	Consolidado		
	2016	2015	2014
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	1.208.828	(479.764)	422.342
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(495.022)	(138.694)	(187.153)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(447.568)	385.706	(483.834)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	266.238	(232.752)	(248.645)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	490.114	722.866	971.511
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	756.352	490.114	722.866
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	266.238	(232.752)	(248.645)

A variação no caixa líquido das atividades operacionais no valor de R\$1,7 bilhões é oriunda principalmente pela redução do consumo de caixa operacional de Contas a receber, Estoque e Partes relacionadas no valor de R\$1,4 bilhões comparando com o mesmo período de 2015.

A variação no caixa líquido das atividades de investimento advém do aumento do consumo das aquisições de imobilizado, intangível e investimentos em controladas e empreendimentos controlados em conjunto no valor de R\$50,2 milhões e aumento no consumo por conta do impacto da variação cambial das investidas no exterior no valor de R\$306,1 milhões.

A variação no caixa líquido das atividades de financiamento advém principalmente do consumo gerado pelos mútuos e empréstimos no valor de R\$1 bilhão e da geração de caixa por pagamentos menores de dividendos no valor de R\$206,7 milhões.



## 10.2. Comentários dos Nossos Diretores sobre

### a. resultados das nossas operações, em especial

#### Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

As receitas dos negócios variam preponderantemente em função de volume de vendas e preços. Esses componentes também são os principais fatores de influência das receitas de exportações, além das taxas de câmbio.

#### Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

- Cenário macroeconômico
- Mercado Interno

O ano de 2016 foi marcado por instabilidade política, acompanhada por recessão econômica e alta volatilidade no mercado de câmbio. Em 2016 o Brasil perdeu o grau de investimento pelas três maiores agências de risco mundiais, consequência da deterioração das contas públicas, baixo crescimento econômico e entrave político dificultando as reformas estruturais e fiscais. Como reflexo disso, a cotação do Real atingiu a máxima de 4,16 no início do ano. Após o impeachment de Dilma Rousseff, condenada sob a acusação de ter cometido crimes de responsabilidade fiscal, Michel Temer assume e busca equilibrar os gastos do governo. Foi contido o aumento da inflação (de 10,7% em 2015 para 6,3% em 2016) e, como consequência, foi possível iniciar a queda da taxa básica de juros – taxa Selic – (de 14,25% para 13,75%, com expectativa de que a redução continue em 2017). Ao longo do ano, o Real apreciou 13%, influenciado por notícias de estabilização da economia interna, bem como números positivos de preço de commodities. Contudo, o PIB de 2016 teve uma queda de -3,6%, e o mercado de linha branca deve ter queda de aproximadamente 16,5%.

A expectativa econômica para 2017 é de uma tímida retomada no crescimento do PIB de 0,5%. Entretanto, ainda se espera um aumento da taxa de desemprego (que pode chegar a 13% em 2017), prejudicando o consumo. O Banco Central do Brasil continuará reduzindo a taxa Selic para estimular a economia (expectativa que chegue em 9,5% ao fim do ano), já que a inflação deve se manter controlada e se estabilizar próximo ao teto da meta (4,5% a.a.). A incerteza no cenário político deve continuar em 2017 com o andamento das investigações de corrupção (“Lava-Jato”), que pode dificultar o andamento do ajuste fiscal para equilibrar as contas públicas.

- Mercado externo

A vitória de Donald Trump nas eleições dos Estados Unidos aumentou expectativa para uma política fiscal expansionista nos próximos anos. Além disso, é esperado um aumento das medidas protecionistas, prejudicando seus principais parceiros comerciais. O mercado americano antecipou essas expectativas, valorizando o dólar e elevando a taxa de juros. O Fed aumentou a taxa de juros em dezembro, de 0,50% para 0,75% (segundo aumento dos juros nos últimos dez anos), dado o cenário econômico de inflação em baixa, crescimento sólido de criação de vagas de emprego e a economia crescendo (1,9% em 2016 e expectativa de crescimento de 2,3% para 2017). O Fed ainda afirmou que prevê mais três aumentos da taxa de juros em 2017.

A América Latina passou por um ano desafiado em 2016, com crescimento médio menor do que em 2015, especialmente na Argentina e na Colômbia, e desaceleração no Chile e México. O país da América Latina mais afetado pela vitória do Trump será o México (crescimento esperado para 2017 de 1,8% vs. 2,1% em 2016) que terá grandes impactos comerciais com os EUA, além de uma forte pressão inflacionária devido ao efeito da desvalorização da moeda. A Argentina deve crescer 2,5% em 2017 vs. -2,36% em 2016 e a inflação tende a se normalizar no próximo ano.

A União Europeia enfrentou a saída do Reino Unido, com muitos impactos ainda incertos, mas principalmente com um enfraquecimento do bloco que configurou uma situação de instabilidade política e econômica para o continente europeu. O PIB deve crescer 1,6% na zona do Euro e para 2017 ficam as expectativas sobre eleições na maioria dos países da Europa, na crise dos refugiados e nas ameaças terroristas. A inflação vem se mantendo em níveis baixos (com previsão de apenas 0,2% na zona do euro para 2015) e o Banco Central Europeu tem adotado medidas para trazer para um nível de aproximadamente 1,5% para 2017.

A atividade industrial da China se estabilizou em 2016, sustentada com estímulos políticos para incentivar seu crescimento. Adicionalmente, a OPEP fechou acordo de restrição da produção, impactando a oferta do petróleo e tendo valorização de mais de 50% no ano de 2016. Esses dois fatos elevaram o preço das demais commodities, que teve reflexo positivo nas moedas dos países emergentes.

- Mercados e Lançamentos de Produtos

Com crédito mais difícil e falta de confiança do consumidor para fazer dívidas, as vendas de eletrodomésticos no Brasil acumularam queda de 16,5% em 2016. O faturamento total de eletrodomésticos no Brasil caiu 6% em comparação com o ano anterior, e a projeção para 2017 é que fique estável, crescimento de 0%. Para os demais países da América Latina está previsto queda de 2% em 2016 no setor, mas com desempenho variado entre países. Os destaques ficam para Argentina (-10%) Colômbia (-3%) e América Central (6%). Em 2016, a demanda de compressores na Ásia foi afetada pela redução da atividade econômica na China. Na América Latina também houve queda, principalmente, devido à crise econômica e política no Brasil. Em contrapartida, houve uma leve melhora no mercado Europeu e uma tendência positiva no mercado Norte Americano, embora tenha uma forte pressão nos preços vinda de competidores locais.

Em 2016, a Companhia lançou no mercado nacional novos produtos das marcas Brastemp, Consul e KitchenAid. Dentre as novidades, a Brastemp relançou o Frigobar Brastemp Retrô, em quatro cores diferentes, que resgatam uma lembrança vintage e, ao mesmo tempo, trazem cores e acabamentos inspirados nas tendências mais atuais de design. Além disso, a Brastemp lançou uma nova linha de lavadoras de roupa, que possui o super filtro anti-fiapos e capta até 5 vezes mais fiapos, com uma performance diferenciada e maior cuidado com as roupas. A Consul lançou uma nova linha de refrigeradores com tecnologia Frost Free e acabamento Evox, que protege a geladeira da ferrugem e corrosão com uma camada de zinco e uma película impermeabilizante aplicada sobre o aço, e possui três anos de garantia. A KitchenAid lançou uma nova linha de cafeteiras artesanais, com diferentes métodos para o preparo rápido de café artesanal, permitindo desfrutar de uma xícara premium e encorpada em poucos passos.

- Programas de redução de custos

A Companhia continua implementando com sucesso medidas de redução de custos em todos os níveis que visam mitigar i) o aumento do preço das commodities e matéria-prima, ii) pressões inflacionárias sobre salários e iii) aumento dos valores de contratos atrelados à inflação.

- Preço de Commodities

Em 2016, houve ligeira alta observada nos mercados globais de commodities, principalmente em derivados de petróleo e metais básicos (cobre e alumínio).

Para se prevenir da volatilidade implícita às dinâmicas de oferta e demanda globais das commodities, a Companhia atua com operações de hedge, conseguindo estender o horizonte de planejamento para fins estratégicos. As operações com derivativos são definidas através de política global. A política proíbe negociação especulativa e determina a diversificação de contrapartes que devem possuir classificação mínima de rating divulgado por agências especializadas.

- Taxas de câmbio

Dentro do cenário das divisas internacionais, destaca-se a depreciação do real em relação ao dólar, que encerrou 2016 em R\$ 3,2591/US\$. A valorização do real, de aproximadamente 17%, possui impactos nas transações internacionais da Companhia, que possui tanto receitas de exportação, quanto custos de importação indexados em moeda internacional. Para proteger-se do risco da variação cambial associado aos contratos assumidos, remessas e recebimentos futuros, a Companhia realiza operações de hedge de acordo com a política global da Companhia.

- Efeitos de investigações governamentais, ou ações relacionadas por outras partes

Em fevereiro de 2009, a Companhia foi notificada pelas autoridades de Defesa da Concorrência sobre uma investigação relativa à indústria global de compressores.

A Companhia resolveu as investigações governamentais em diversas jurisdições, bem como ações civis nos Estados Unidos. A Companhia solucionou algumas outras ações e outras ainda continuam pendentes. Novas ações podem ser propostas. A Companhia continua defendendo-se vigorosamente nas ações judiciais acima referidas, bem como adotando outras medidas para minimizar sua potencial exposição.

Em 31 de dezembro de 2015, R\$31.815 (US\$8 milhões) continuaram provisionados. O resultado final e impacto dessas questões, bem como das ações judiciais correlatas e das investigações que podem ocorrer no futuro estão sujeitas a diversas variáveis e não podem ser estimadas. A Companhia constituiu provisões somente para aqueles casos avaliados como risco de perda provável e que o valor da perda pode ser razoavelmente estimado. Apesar de não ser possível estimar de forma razoável o montante total dos gastos que podemos incorrer em razão dessas questões, tais custos podem ter um efeito material na posição financeira, liquidez ou resultados operacionais futuros da Companhia.

**b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

Em 2016, a nossa receita líquida de vendas e serviços reduziu 1,8% ou R\$168,4 milhões, passando de R\$9.387,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 para R\$9.218,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

O setor de linha branca brasileiro sofreu forte contração de 16,5% em 2016, impactado pela conjuntura econômica do país (crise econômica e política, confiança do consumidor, e aumento da taxa de desemprego). Nos demais países da América Latina o setor apresentou uma queda média de -2%, mas com performance variada entre países. Os destaques ficam para Argentina (-10%), Colômbia (-3%) e América Central (6%). Em 2016, a demanda de compressores na Ásia foi afetada pela redução da atividade econômica na China. Na América Latina também houve queda, principalmente, devido à crise econômica e política no Brasil. Em contrapartida, houve uma leve melhora no mercado Europeu e uma tendência positiva no mercado Norte Americano, embora tenha uma forte pressão nos preços vinda de competidores locais.

**c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no nosso resultado operacional e financeiro, quando relevante**

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, o resultado operacional da Companhia apresentou um redução de 15,8%, passando de R\$514,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 para R\$433,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

O volume de vendas, especialmente no mercado doméstico, foi impactado pela contração do consumo das famílias, impactadas pela dificuldade na tomada de crédito; confiança dos consumidores em níveis historicamente baixos; e incertezas no cenário macroeconômico.

Como consequência da fraca atividade econômica, em 2016 a inflação foi estabilizada e foi possível iniciar a queda da taxa básica de juros – taxa Selic – (de 14,25% para 13,75%, com expectativa de que a redução continue em 2017). Vemos reflexos desta redução no resultado financeiro da companhia, que sofreu leve aumento ano contra ano.

### **10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras.**

#### **a. da introdução ou alienação de segmento operacional**

Não esperamos efeitos relevantes decorrentes de introdução ou alienação de segmento operacional no curto prazo.

#### **b. da constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

Em julho de 2016, a WHIRLPOOL S.A. comunicou ao mercado a intenção de aquisição de até 100% das ações ordinárias e preferenciais de emissão da Whirlpool em circulação no mercado por meio da realização de uma oferta pública de aquisição de ações (OPA), visando ao cancelamento do registro de companhia aberta da Whirlpool perante a CVM.

Tendo em vista que o número de ações de titularidade dos acionistas que aceitaram vender suas ações na OPA ou concordaram expressamente com o cancelamento de registro da Companhia foi inferior a 2/3 do total de ações de emissão da Whirlpool em circulação, conforme definido no art. 16, inciso II, da Instrução CVM nº 361, de 5 de março de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM nº 361/02"), a Ofertante, Whirlpool do Brasil Ltda., não prosseguirá com a OPA obrigatória para fechamento de capital, nos termos do item 3.2 do Edital e da Instrução CVM nº 361/02, não adquirindo qualquer ação de emissão da Companhia no Leilão.

Em função do resultado acima exposto, a Whirlpool permanecerá registrada perante a CVM como companhia aberta categoria "A", com suas ações ordinárias e ações preferenciais sendo negociadas no segmento básico de negociação de ações da BM&FBOVESPA.

#### **c. dos eventos ou operações não usuais**

Não há eventos ou operações não usuais praticadas pela Companhia.

#### **10.4. Comentários dos Diretores sobre**

##### **a. mudanças significativas nas práticas contábeis:**

Não aplicável.

##### **b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis:**

Não aplicável.

##### **c. ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor**

Nos últimos três exercícios sociais não foram feitas ressalvas nos pareceres de nossos auditores.

Nos exercícios sociais findos de 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014, não havia parágrafos de ênfases nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**10.5. Comentários dos Nossos Diretores acerca das Políticas Contábeis Críticas Adotadas explorando, em especial, Estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros:**

A elaboração de nossas demonstrações financeiras está de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pela *International Accounting Standard Board* (IASB), tais normas requerem que efetuemos certos julgamentos e utilizemos premissas na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, a respeito dos efeitos de questões que são, por natureza, incertas e que impactam o valor de nossos ativos e passivos. Os resultados efetivos podem divergir de tais estimativas. Com o intuito de fornecer um entendimento de como formamos nosso julgamento e estimativas sobre determinados eventos futuros, resumimos as nossas principais práticas contábeis críticas a seguir. Na opinião dos diretores tais práticas são adequadas.

Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

- Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da controladora e consolidada requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar a resultados que requeiram um ajuste relevante ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

- Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

- Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à

taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

- Remuneração baseada em ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas.

- Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia e das suas controladas.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

- Benefícios de aposentadoria

O custo de planos de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data base.

A taxa de desconto adequada é definida com base em títulos privados de longo prazo cuja duração seja a mesma das obrigações existentes no plano. Atualmente no Brasil, não existe um mercado específico de referência para títulos privados. Por este motivo, a Companhia utiliza como parâmetro títulos do governo denominados Nota do Tesouro Nacional, de categoria B (NTN-B), pois a Administração julga que este é o título que reflete de forma mais adequada a taxa de desconto a ser utilizada no longo prazo. A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade utilizadas pelo mercado. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.



- Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

- Ativos tangíveis

O tratamento contábil do investimento em ativos fixos tangíveis inclui a realização de estimativas para determinar o período de vida útil para efeitos de sua depreciação e o valor justo na data de aquisição, em particular os bens classificados como máquinas e equipamentos. A determinação das vidas úteis requer estimativas em relação ao volume de unidades produzidas. A Administração analisa periodicamente o desempenho das unidades geradoras de caixa a fim de identificar possível desvalorização dos ativos.

- Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia ou controlada têm uma obrigação presente como consequência de um evento passado, cuja liquidação requer uma saída de recursos que é considerada provável e que pode ser estimada com confiabilidade. Essa obrigação pode ser legal ou tácita, derivada de, entre outros fatores, regulamentações, contratos, práticas habituais ou compromissos públicos que criam perante terceiros uma expectativa válida de que a Companhia e suas controladas assumirão determinadas responsabilidades. A determinação do montante da provisão está baseada na melhor estimativa do desembolso que será necessário para liquidar a obrigação correspondente, tomando em consideração toda a informação disponível na data de encerramento, incluída a opinião de peritos independentes, como consultores jurídicos.

Devido às incertezas inerentes às estimativas necessárias para determinar o montante das provisões, os desembolsos reais podem ser diferentes dos montantes reconhecidos originalmente com base nas estimativas realizadas.

**10.6. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:**

**a. os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items);**

- Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos;

Não há.

- Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos;

Vendor: Como prática comum do mercado brasileiro, a Companhia disponibiliza, conforme sua política de crédito, a possibilidade de efetuar acordos com seus clientes através de operações de “Vendor” junto a bancos comerciais, atuando de forma a garantir linhas de crédito.

- Contratos de futura compra e venda de produtos e serviços;

A Companhia possui compromissos de compras não canceláveis, junto a seus fornecedores, com saídas de caixa esperadas, totalizando R\$275.760 em 2017, R\$261.574 em 2018, R\$253.789 em 2019, R\$236.518 em 2020 e R\$87.023 em 2021 e R\$131.598 até o término do compromisso.

- Contratos de construção não terminada;

Não aplicável.

- Contratos de recebimentos futuros de financiamento

Não há.

**b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não aplicável.

**10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:**

**a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor;**

**b. natureza e o propósito da operação;**

**c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.**

i) Vendor: a Companhia adota rigorosas normas e procedimentos de forma a minimizar os riscos referentes à operação em questão, especialmente na ausência de pagamento das operações de “vendedor” pelos devedores originais. As operações de “vendedor” atendem um programa de financiamento de vendas através do qual a Companhia obtém financiamento direto para seus clientes oferecendo aos mesmos acesso a linhas de crédito com taxas competitivas. Em caso de inadimplência do cliente, a Companhia garantirá a liquidação do saldo devedor com a respectiva devolução dos recebíveis. Em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014 o total do saldo em aberto nesta operação era, respectivamente, de R\$ 840.795, R\$1.024.331 e R\$1.362.845.

ii) A Companhia possui seguro contra risco de crédito para essas garantias sob condições normais de operação, através de uma política de compra de seguradoras de alta qualidade. Em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014 a cobertura máxima combinada de “stop-loss” fornecidos por essas políticas foram, respectivamente, de R\$ 458.000,00, R\$458.000 e R\$430.000.

iii) Como prática comum de mercado na República Popular da China, a Companhia, através de sua subsidiária Beijing Embraco Snowflake Compressor Co. Ltd negocia operações de desconto de “Bank Acceptance Drafts” (BAD) junto a instituições financeiras. De acordo com a legislação local, em situações específicas, essas operações possuem direito de recurso aos seus cessionários. Neste caso a subsidiária deve cumprir com a obrigação perante a instituição financeira e os BADs são devolvidos à Companhia. Em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014 não havia valores em aberto nesta operação.

iv) Contratos de futura compra de serviços: A Companhia possui compromissos de compras não canceláveis, junto a seus fornecedores, com saídas de caixa esperadas, totalizando R\$275.760 em 2017, R\$261.574 em 2018, R\$253.789 em 2019, R\$236.518 em 2020, R\$87.023 em 2021 e R\$ 131.598 até o término do compromisso.

**10.8. Os nossos diretores devem indicar e comentar os principais elementos do nosso plano de negócios, explorando especificamente os seguintes tópicos:**

**a. Investimentos, incluindo:**

- Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos:

Os investimentos de capital previstos para 2017 tratam-se, em sua maior parte, de investimentos na manutenção de máquinas e equipamentos das plantas industriais, aumento de flexibilidade e capacidade produtiva, adaptação às normas ambientais (processos, produtos e serviços), iniciativas de aumento de produtividade, desenvolvimento de novos produtos e em tecnologia da informação.

- Fontes de financiamento dos investimentos:

Para financiar parte do investimento em inovação de eletrodomésticos e compressores com maior eficiência energética e sustentabilidade, a Companhia celebrou, em 4 de dezembro de 2012, nova linha de crédito com a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, nas condições informadas no item 10.1.f acima. A Companhia possui contratos anteriores de financiamento com a FINEP que totalizam R\$ 109.729, incluindo juros e o principal contratado em 4 de dezembro de 2012.

Durante o ano 2016, a Companhia celebrou contratos de financiamento na modalidade de NCE (Nota de crédito à exportação) que tiveram como objetivo financiar o capital de giro da Companhia.

Referentes à NCE e CCB, no primeiro trimestre de 2016, foram celebrados contratos no montante de R\$ 64.000, que foram liquidados em 29 de Março de 2016. No segundo trimestre de 2016, foram celebrados contratos no montante de R\$60.000, que foram liquidados em 06 de maio de 2016.

- Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Não realizamos desinvestimentos nos últimos 3 exercícios sociais. Não há desinvestimentos em andamento ou previstos.

**b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente nossa capacidade produtiva**

Não há.

**c. novos produtos e serviços, indicando:**

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Em 2017, a Companhia continua fazendo investimentos que incluem aumento de capacidade de produção onde for necessário, inovação, atividades de pesquisa e desenvolvimento e investimento nas marcas. Dentre os projetos em desenvolvimento, a Companhia participa de programas promovidos pela agência Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) por meio de subvenção econômica, recursos não reembolsáveis de cooperação universidade-empresa e recursos reembolsáveis, além de incentivos fiscais à pesquisa e

desenvolvimento da Lei 11.196/2005. Todos os trâmites legais exigidos são cumpridos para assegurar a transparência e a idoneidade dos programas.

**10.9. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.**

Não há.

## Anexo II

### Proposta de Destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2016

(Conforme informações do ANEXO 9-1-II, Instrução CVM nº 481/09)

#### 1. Informar o lucro líquido do exercício.

O lucro líquido do exercício foi de R\$311.788.267,34 (trezentos e onze milhões, setecentos e oitenta e oito mil, duzentos e sessenta e sete reais e trinta e quatro centavos).

#### 2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio, já declarados

Remuneração	Tipos de ações	Valor absoluto em Reais	Valor por ação	Data pagamento até
Dividendos	Ordinárias	51.733.367,86	0,0503	31/12/2017
Dividendos	Preferenciais	26.226.388,51	0,0554	31/12/2017

#### 3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído.

25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício findo em 31.12.2016, na forma do Art. 202, §2º, da Lei nº 6.404/76.

#### 4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.

Não há.

#### 5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento.

A proposta da Administração é distribuir dividendos mínimos obrigatórios conforme quadro abaixo:

Data da proposta	Remuneração	Tipos de ações	Valor absoluto em Reais	Valor por ação	Data pagamento
------------------	-------------	----------------	-------------------------	----------------	----------------

					até
22/02/2017	Dividendos	Ordinárias	51.733.367,86	0,0503	31/12/2017
22/02/2017	Dividendos	Preferenciais	26.226.388,51	0,0554	31/12/2017

O pagamento ocorrerá até 31 de dezembro de 2017, nos termos do Art. 205, §3º, da Lei nº 6.404/76, sem atualização monetária.

A base acionária do dia 27/04/2017, data da realização da AGOE, terá direito ao recebimento dos dividendos acima mencionados.

**6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:**

- a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio, já declarados.
- b. Informar a data dos respectivos pagamentos.

Não há.

**7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:**

- a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores
- b. Dividendos e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores.

Ano	Valor por ação do Lucro Líquido	Valor por ação dos dividendos		Valor por ação dos JSCP		Remuneração Total Distribuída	
		Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais
2016	0,20750	0,05030	0,05540	-	-	0,05030	0,05540
2015	0,19080	0,12580	0,13837	-	-	0,12580	0,13837
2014	0,47180	0,71799	0,78978	-	-	0,71799	0,78978

**8. Havendo destinação de lucros à reserva legal:**

**a. Identificar o montante destinado à reserva legal:**

Não houve destinação de lucros para reserva legal, pois a reserva legal da Companhia já havia atingido o limite legal de 20% (vinte por cento) do capital social.

**b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal:**

De acordo com artigo 23 do Estatuto Social da Companhia, a reserva legal é constituída de 5% (cinco por cento) do Lucro Líquido, até que atinja seu limite legal.

Como o saldo da reserva legal já havia atingido o limite de 20% (vinte por cento) do capital social, não foram destinados lucros para a reserva legal no ano de 2016.

**9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimo:**

- a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos.

Não aplicável.



**b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos.**

Não aplicável.

**c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa**

Não aplicável.

**d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais**

Não aplicável.

**e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe**

Não aplicável.

**10. Em relação ao dividendo obrigatório:**

**a. Descrever a forma de cálculo previsto no estatuto:**

Aos titulares de ações são atribuídos, em cada exercício, dividendos ou juros sobre capital próprio em montantes não inferiores a 25% do lucro líquido ajustado. As ações preferenciais têm direito a dividendos ou juros sobre capital próprio no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

**b. Informar se ele está sendo pago integralmente.**

O dividendo obrigatório está sendo pago integralmente.

**c. Informar o montante eventualmente retido.**

Não há montante de dividendo obrigatório retido.

**11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido a situação financeira da companhia:**

**a. Informar o montante da retenção.**

Não aplicável.

**b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos.**

Não aplicável.

**c. Justificar a retenção dos dividendos.**

Não aplicável.

**12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências:**

**a. Identificar o montante destinado à reserva.**

Não aplicável.

**b. Identificar a perda considerada provável e sua causa.**

Não aplicável.

**c. Explicar porque a perda foi considerada provável.**

Não aplicável.

**d. Justificar a constituição da reserva.**

Não aplicável.

**13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar:**

**a. Informar o montante destinado à reserva de lucro a realizar.**

Não aplicável.

**b. Informar a natureza dos lucros não realizados que deram origem à reserva.**

Não aplicável.

**14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias:**

**a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva.**

O artigo 23, parágrafo quarto, do Estatuto Social da Companhia prevê que: "o remanescente do lucro líquido do exercício poderá ser alocado à Reserva de Investimentos, com a finalidade de assegurar a manutenção e o desenvolvimento das atividades que compõem o objeto social da Companhia, realizar investimentos em ativo permanente e assegurar a manutenção do capital circulante. Poderá ser destinado a esta Reserva de Investimentos montante que não ultrapasse 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, até atingir o limite máximo do capital social da Companhia."

**b. Identificar o montante destinado à reserva.**

O valor do montante destinado à reserva é de R\$ 160.519.200,83. Tendo em vista que a conta de Reserva de Lucros atingiu o limite do capital social da Companhia, aplicação do saldo do resultado do exercício findo em 31.12.2016, no montante de R\$73.309.310,14 (setenta e três milhões, trezentos e nove mil, trezentos e dez reais e quatorze centavos), no aumento de capital social da Companhia, sem a emissão ou a modificação do número de ações, nos termos dos Arts. 169, §1º, e 199, da Lei nº 6.404/76; ficando consignado que nenhuma parcela do lucro líquido será destinada à reserva legal, tendo em vista que o seu saldo alcançou o limite de 20% do capital social da Companhia, nos termos do Art. 193, da Lei nº 6.404/76;

**c. Descrever como o montante foi calculado.**

O montante destinado à reserva estatutária, denominada reserva de investimentos, corresponde a 51% do lucro líquido do exercício findo em 31.12.2016. A destinação do lucro líquido foi calculada da seguinte forma:

Lucro líquido do exercício	R\$ 311.788.267,34
Reserva de investimentos (51%)	R\$ 160.519.200,83
Proposta de aumento de capital (24%)	R\$ 73.309.310,14
Dividendos propostos (25%)	R\$ 77.959.756,37

**15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital:**

**a. Identificar o montante de retenção.**

Não aplicável.

**b. Fornecer cópia do orçamento de capital**

Não aplicável.

**16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais:**

**a. Informar o montante destinado à reserva.**

Não aplicável.

**b. Explicar a natureza da destinação.**

Não aplicável.

## **ANEXO III**

# **Proposta do Aumento de Capital**

*(Conforme informações do ANEXO 14, Instrução CVM nº 481/09)*

### **1. Informar valor do aumento e do novo capital social**

Aumento do capital no valor de R\$73.309.310,14 (setenta e três milhões, trezentos e nove mil, trezentos e dez reais e quatorze centavos), sem a emissão ou a modificação do número de ações.

O novo capital social é de R\$1.159.102.348,07 (um bilhão, cento e cinquenta e nove milhões, cento e dois mil, trezentos e quarenta e oito reais e sete centavos), totalmente integralizado, dividido em 1.502.786.006 (um bilhão, quinhentos e dois milhões, setecentos e oitenta e seis mil e seis) ações escriturais, sem valor nominal, sendo 1.028.700.892 (um bilhão, vinte e oito milhões, setecentos mil, oitocentas e noventa e duas) ações ordinárias e 474.085.114 (quatrocentos e setenta e quatro milhões, oitenta e cinco mil, cento e quatorze) ações preferenciais.

### **2. Informar se o aumento será realizado mediante:**

- (a) conversão de debêntures ou outros títulos de dívida em ações;**
- (b) exercício de direito de subscrição ou de bônus de subscrição;**
- (c) capitalização de lucros ou reservas; ou**
- (d) subscrição de novas ações**

Capitalização de lucros ou reservas.

### **3. Explicar, pormenorizadamente, as razões do aumento e suas consequências jurídicas e econômicas.**

Tendo em vista que o saldo da conta de Reserva de Lucros atingiu o limite do valor do capital social da Companhia, o montante excedente de R\$73.309.310,14 (setenta e três milhões, trezentos e nove mil, trezentos e dez reais e quatorze centavos), são destinados para aumento de capital social da Companhia, sem a emissão ou a modificação do número de ações, nos termos dos Arts. 169, §1º, e 199, da Lei nº 6.404/76.

### **4. Fornecer cópia do parecer do conselho fiscal, se aplicável.**

Não aplicável.

### **5. Em caso de aumento de capital mediante subscrição de ações:**

- a. Descrever a destinação dos recursos**
- b. Informar o número de ações emitidas de cada espécie e classe**

- c. Descrever os direitos, vantagens e restrições atribuídos às ações a serem emitidas
- d. Informar se a subscrição será pública ou particular
- e. Em se tratando de subscrição particular, informar se partes relacionadas, tal como definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, subscreverão ações no aumento de capital, especificando os respectivos montantes, quando esses montantes já forem conhecidos
- f. Informar o preço de emissão das novas ações ou as razões pelas quais sua fixação deve ser delegada ao conselho de administração, nos casos de distribuição pública
- g. Informar o valor nominal das ações emitidas ou, em se tratando de ações sem valor nominal, a parcela do preço de emissão que será destinada à reserva de capital
- h. Fornecer opinião dos administradores sobre os efeitos do aumento de capital, sobretudo no que se refere à diluição provocada pelo aumento
- i. Informar o critério de cálculo do preço de emissão e justificar, pormenorizadamente, os aspectos econômicos que determinaram a sua escolha
- j. Caso o preço de emissão tenha sido fixado com ágio ou deságio em relação ao valor de mercado, identificar a razão do ágio ou deságio e explicar como ele foi determinado
- k. Fornecer cópia de todos os laudos e estudos que subsidiaram a fixação do preço de emissão
- l. Informar a cotação de cada uma das espécies e classes de ações da companhia nos mercados em que são negociadas, identificando:
  - i. Cotação mínima, média e máxima de cada ano, nos últimos 3 (três) anos
  - ii. Cotação mínima, média e máxima de cada trimestre, nos últimos 2 (dois) anos
  - iii. Cotação mínima, média e máxima de cada mês, nos últimos 6 (seis) meses
  - iv. Cotação média nos últimos 90 dias
- m. Informar os preços de emissão de ações em aumentos de capital realizados nos últimos 3 (três) anos
- n. Apresentar percentual de diluição potencial resultante da emissão
- o. Informar os prazos, condições e forma de subscrição e integralização das ações emitidas
- p. Informar se os acionistas terão direito de preferência para subscrever as novas ações emitidas e detalhar os termos e condições a que está sujeito esse direito
- q. Informar a proposta da administração para o tratamento de eventuais sobras
- r. Descrever pormenorizadamente os procedimentos que serão adotados, caso haja previsão de homologação parcial do aumento de capital
- s. Caso o preço de emissão das ações seja, total ou parcialmente, realizado em bens
  - i. Apresentar descrição completa dos bens
  - ii. Esclarecer qual a relação entre os bens incorporados ao patrimônio da companhia e o seu objeto social
  - iii. Fornecer cópia do laudo de avaliação dos bens, caso esteja disponível

Não aplicável.

#### **6. Em caso de aumento de capital mediante capitalização de lucros ou reservas**

- a. Informar se implicará alteração do valor nominal das ações, caso existente, ou distribuição de novas ações entre os acionistas

O aumento de capital não implicará na alteração do valor nominal das ações, e não haverá distribuição de novas ações entre os acionistas.

- b. Informar se a capitalização de lucros ou reservas será efetivada com ou sem modificação do número de ações, nas companhias com ações sem valor nominal

Sem modificação do número de ações.

- c. Em caso de distribuição de novas ações

- i. Informar o número de ações emitidas de cada espécie e classe**
- ii. Informar o percentual que os acionistas receberão em ações**
- iii. Descrever os direitos, vantagens e restrições atribuídos às ações a serem emitidas**
- iv. Informar o custo de aquisição, em reais por ação, a ser atribuído para que os acionistas possam atender ao art. 10 da Lei 9.249, de 26 de dezembro de 1995**
- v. Informar o tratamento das frações, se for o caso**

Não aplicável.

**d. Informar o prazo previsto no § 3º do art. 169 da Lei 6.404, de 1976**

Não aplicável.

**e. Informar e fornecer as informações e documentos previstos no item 5 acima, quando cabível**

Não aplicável.

**7. Em caso de aumento de capital por conversão de debêntures ou outros títulos de dívida em ações ou por exercício de bônus de subscrição**

Não aplicável.

**8. O disposto nos itens 1 a 7 deste Anexo não se aplica aos aumentos de capital decorrentes de plano de opção, caso em que o emissor deve informar:**

- a. data da assembleia geral de acionistas em que o plano de opção foi aprovado**
- b. valor do aumento de capital e do novo capital social**
- c. número de ações emitidas de cada espécie e classe**
- d. preço de emissão das novas ações**
- e. cotação de cada uma das espécies e classes de ações do emissor nos mercados em que são negociadas, identificando:**
  - i. cotação mínima, média e máxima de cada ano, nos últimos 3 (três) anos**
  - ii. cotação mínima, média e máxima de cada trimestre, nos últimos 2 (dois) anos**
  - iii. cotação mínima, média e máxima de cada mês, nos últimos 6 (seis) meses**
  - iv. cotação média nos últimos 90 dias**
- f. percentual de diluição potencial resultante da emissão**

Não aplicável.

## **ANEXO IV**

### **Proposta do Estatuto Social da Whirlpool S.A.**

#### **WHIRLPOOL S.A.**

Av. das Nações Unidas, 12.995, 32º andar

São Paulo – SP

Companhia Aberta

CNPJ MF nº 59.105.999/0001-86

NIRE Nº 35300035011

#### **ESTATUTO SOCIAL**

##### **Denominação, Objeto, Sede e Duração.**

**ARTIGO 1º:** A WHIRLPOOL S.A. rege-se-á pelo presente Estatuto e disposições legais que lhe forem aplicáveis.

**ARTIGO 2º:** O objeto da Companhia é dividido conforme as atividades desenvolvidas por suas unidades de negócios, que são a unidade de Negócios de Compressores e Soluções de Refrigeração ("Unidade Embraco") - voltada para compressores herméticos, soluções de refrigeração e produtos relacionados, e a unidade de Negócios de Eletrodomésticos ("Unidade Eletrodomésticos") - voltada para eletrodomésticos e produtos relacionados, sendo que cada unidade de negócio desenvolve em seus respectivos estabelecimentos, primordialmente, o objeto que lhe é determinado por este estatuto. § 1º - A unidade Embraco tem como objeto: (a) a indústria, o comércio, a importação, a exportação, a distribuição, a consignação e a representação comercial de: I - compressores herméticos para refrigeração; II - motores elétricos; e III - máquinas, equipamentos, ferramentas, componentes, fundidos, peças, matérias-primas, insumos e óleo lubrificante acabado; (b) a prestação de serviços, manutenção, instalação, assistência técnica, avaliação técnica, desenvolvimento, projetos, consultoria, fornecimento de recursos materiais e humanos; (c) o comércio, a importação, a exportação, a distribuição, a consignação e a representação comercial de produtos acabados, máquinas e equipamentos, ferramentas, componentes eletrônicos para soluções de refrigeração, sistema de refrigeração, peças, fundidos, matérias-primas e insumos adquiridos de terceiros; d) reciclagem de quaisquer equipamentos e produtos elétricos e eletrônicos, em especial os produtos descritos neste artigo 2º do Estatuto Social; e) industrialização e comercialização de produtos, subprodutos e/ou quaisquer insumos e materiais resultantes do processo de reciclagem, em especial peças injetadas ou fundidas em alumínio, peças injetadas em plástico, produtos em cobre e aço; f) industrialização, comercialização e prestação de serviços de assistência técnica de equipamentos para tratamento superficial de peças metálicas. § 2º A unidade Eletrodomésticos tem por objeto: a) a indústria, o comércio, a importação, a exportação, a consignação, a locação e a representação de produtos metalúrgicos, químicos, saneantes domissanitários, elétricos, eletrônicos, gabinetes modulados, combinados multifuncionais, artigos, utensílios, recipientes e acessórios para casa ou cozinha, outros bens de consumo, produtos alimentícios, e, especialmente, máquinas e aparelhos de todos os tipos para uso doméstico e comercial, próprios ou de terceiros, tais como, mas não limitados a: I- refrigeradores, congeladores, refrigeradores- congeladores, aparelhos de ar condicionado, fabricantes de gelo, fogões, lavadoras de pratos, trituradores de lixo, compactadores de lixo, aspiradores de pó, lavadoras, secadoras de roupas e fornos de micro-ondas; e II- máquinas, equipamentos, ferramentas, componentes, peças, matérias-primas e insumos relacionados a tais produtos, inclusive óleo lubrificante acabado; b) a prestação dos seguintes serviços, direta ou indiretamente: I - instalação, manutenção, assistência técnica, desenvolvimento, projetos, conservação e reparos de, incluindo mas não limitado a,

produtos e peças elétricas, eletrônicas, hidráulicas, metalúrgicas, químicas e de ferro, pintura e construção em geral e consultoria orçamentária acerca de tais serviços, bem como o fornecimento de recursos materiais e humanos para a prestação de serviços em geral, inclusive a prestação de serviços auxiliares às áreas de segurança, saúde, lazer, do cotidiano e do bem estar das pessoas e da família; II- fornecimento de informações digitalizadas na forma de dados, texto, áudio e vídeo, para distribuição; administração de bancos e dados, próprios ou de terceiros; comercialização e veiculação de publicidade; intermediação no comércio de produtos e serviços, bem como a comercialização de assinaturas por meio eletrônico, todos por meio de redes de computadores on line e outros meios de comunicação on line, todo e qualquer relacionamento com o usuário final decorrente das atividades da Companhia; e III - o suporte operacional entre seguradoras que oferecem serviços de seguros e organizações varejistas; e (c) a concessão e a administração de franquias empresariais para a exploração de quaisquer das atividades descritas neste parágrafo 2°. § 3° - Independente dos objetos específicos de cada uma das unidades de negócios da Companhia, nos termos dos parágrafos anteriores, a Companhia poderá participar, na qualidade de sócia ou acionista, em outras empresas. § 4° - É vedada a realização pela Companhia, suas controladas e coligadas, de contribuições e doações a campanhas eleitorais de partidos políticos ou indivíduos.

**ARTIGO 3°:** O prazo de duração da Companhia é por tempo indeterminado.

**ARTIGO 4°:** A Companhia tem sua sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. das Nações Unidas, 12.995 - 32° andar, Brooklin, podendo abrir ou fechar filiais, agências, depósitos, fábricas e escritórios de representação em qualquer parte do território nacional ou do exterior, por decisão da Diretoria.

#### **Capital e Ações.**

**ARTIGO 5°:** O capital social é de **R\$1.159.102.348,07 (um bilhão, cento e cinquenta e nove milhões, cento e dois mil, trezentos e quarenta e oito reais e sete centavos)**, totalmente integralizado, dividido em 1.502.786.006 (um bilhão, quinhentos e dois milhões, setecentos e oitenta e seis mil e seis) ações escriturais, sem valor nominal, sendo 1.028.700.892 (um bilhão, vinte e oito milhões, setecentos mil, oitocentas e noventa e duas) ações ordinárias e 474.085.114 (quatrocentos e setenta e quatro milhões, oitenta e cinco mil, cento e quatorze) ações preferenciais. § 1° - As ações preferenciais, sem direito a voto, terão prioridade, em relação às ações ordinárias, no reembolso do capital em caso de liquidação da Companhia, e terão direito a dividendos, no mínimo 10% (dez por cento), maiores do que os atribuídos às ações ordinárias, tanto no rateio do dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento), a que se refere o Artigo 23, § 2°, letra "b", deste Estatuto, como na distribuição pela Companhia, a qualquer título, de novas ações bonificadas ou outros quaisquer títulos ou vantagens, inclusive em casos de capitalização de quaisquer reservas ou provisões, e capitalização de lucros remanescentes não distribuídos. § 2° - Todas as ações da Companhia são escriturais, sem emissão de certificado, permanecendo em conta de depósito, em nome de seus titulares, em Instituição Financeira designada pelo Conselho de Administração. § 3° - As ações ordinárias terão direito a voto nas Assembleias Gerais, correspondendo a cada uma delas 1 (um) voto.

#### **Administração.**

**ARTIGO 6°:** A Companhia será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria.

#### **Conselho de Administração.**

**ARTIGO 7°:** O Conselho de Administração será composto de 3 (três) membros, no mínimo, e 6 (seis), no máximo, residentes no País ou no exterior, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de até 3 (três) anos, facultada a reeleição. § 1° - Logo que eleito, o Conselho de Administração escolherá, dentre os seus membros, o Presidente e o Vice-Presidente. § 2° - Na ausência e nos impedimentos do Presidente do Conselho de Administração, seu substituto será o Vice-Presidente. § 3° - Nos casos de vaga no cargo do Presidente e do Vice-Presidente, o Conselho de Administração escolherá o seu substituto.



**ARTIGO 8º:** O Conselho de Administração reunir-se-á, no mínimo, a cada 6 (seis) meses, ou sempre que os interesses sociais o exigirem, por convocação do Presidente do Conselho, do Diretor Presidente ou de qualquer outro Conselheiro. As reuniões do Conselho de Administração poderão ser realizadas fora da sede da Companhia, no Brasil ou no exterior, sendo admitida a presença por telefone, videoconferência, ou outro meio de comunicação. § 1º - O Conselho de Administração para validamente deliberar sobre qualquer assunto, deverá se reunir pelo menos com a metade de seus membros, presentes ou representados. § 2º - As reuniões do Conselho serão presididas pelo seu Presidente ou, na ausência deste, pelo Vice-Presidente, e suas deliberações serão tomadas por maioria de votos. Das deliberações do Conselho lavrar-se-á ata no livro próprio. As atas de reunião do Conselho de Administração poderão ser assinadas por telefax. § 3º - Havendo empate na votação, o Presidente, além do seu voto como membro do Conselho terá o de qualidade. § 4º - Os avisos de convocação de cada reunião do Conselho de Administração, inclusive a agenda da reunião, serão enviados aos membros por carta, telex ou telefax com, pelo menos, 5 (cinco) dias de antecedência a cada reunião, avisos esses que serão dispensados quando todos os membros estiverem presentes à reunião. § 5º - Qualquer membro do Conselho de Administração poderá fazer-se representar nas reuniões, por qualquer outro membro, mediante indicação feita por carta, telegrama ou telefax.

**ARTIGO 9º:** Além de outros poderes estabelecidos no Artigo 142, da Lei nº 6404/76, compete ao Conselho de Administração: (a) estabelecer a política de desenvolvimento industrial, comercial, financeira e de pessoal da companhia e suas controladas; (b) aprovar planos de expansão e diversificação das atividades sociais; (c) manifestar-se sobre as demonstrações financeiras anuais e relatório da administração, podendo, para tal finalidade, solicitar dos Diretores quaisquer informações relativas a tais documentos; (d) propor à Assembleia Geral Ordinária a destinação do lucro líquido do exercício anterior; (e) eleger os Diretores da Companhia; (f) escolher e destituir os Auditores Independentes da Companhia; (g) declarar dividendos intermediários, na forma do artigo 23 deste Estatuto; (h) autorizar a Diretoria adquirir ações de emissão desta Companhia, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria e, posteriormente aliená-las; (i) aprovar as operações e contratos, de qualquer natureza, incluindo os financeiros, que de forma única ou conexa, ultrapassem o montante de 13% (treze por cento) do patrimônio líquido da companhia, conforme previsto no último balanço patrimonial aprovado pela Assembleia Geral; (j) aprovar a alienação, aquisição e oneração de bens do ativo fixo, que não sejam bens imóveis ou direitos a eles relacionados, cujo valor ultrapasse o montante de 1% (um por cento) do patrimônio líquido da companhia, conforme previsto no último balanço patrimonial aprovado pela Assembleia Geral.

**ARTIGO 10:** O Presidente do Conselho de Administração tem as seguintes funções e poderes: (a) presidir as reuniões do Conselho de Administração e as Assembleias Gerais; (b) transmitir ao Diretor Presidente quaisquer recomendações ou aprovações específicas dadas pelo Conselho de Administração e verificar que tais recomendações e decisões estejam sendo cumpridas; (c) coordenar as atividades da Companhia com as empresas por ela controladas ou coligadas, podendo delegar, essa atribuição ao Diretor Presidente; (d) coordenar os planos e programas para expansão das atividades da Companhia, bem como, os das empresas por ela controladas ou coligadas; (e) representar a Companhia em Assembleias Gerais ou reuniões de quotista; (f) representar a Companhia em cerimônias públicas; (g) recomendar ao Conselho de Administração a seleção de pessoas que serão eleitas Diretores da Companhia; e (h) executar quaisquer outras funções solicitadas pelo Conselho de Administração.

#### **Diretoria:**

**ARTIGO 11:** A Diretoria será composta por, no mínimo, 6 (seis) e, no máximo, 12 (doze) Diretores, Acionistas ou não, residentes no País, eleitos pelo Conselho de Administração, e cujo prazo de gestão não será superior a 3 (três) anos, podendo ser reeleitos.

**ARTIGO 12:** A Diretoria terá a seguinte estrutura de cargos: (a) 1 (um) Diretor Presidente; (b) 1 (um) Diretor, sem designação especial que, além de suas atividades executivas, ficará encarregado da função de Relações com Investidores; (c) os seguintes Diretores, que serão responsáveis pela Unidade Embraco, nos termos do artigo 17, alínea "a", abaixo: 1 (um) Diretor Presidente da Unidade Embraco, e de 1 (um) a 4 (quatro) Diretores, sem designação especial, dedicados à

Unidade Embraco; e (d) os seguintes Diretores, que serão responsáveis pela Unidade Eletrodomésticos, nos termos do artigo 17, alínea "b", abaixo: 1 (um) Diretor Presidente da Unidade Eletrodomésticos, e de 1 (um) a 4 (quatro) Diretores sem designação especial, dedicados à Unidade Eletrodomésticos.

**ARTIGO 13:** No caso de vaga de um Diretor, o substituto será eleito pelo Conselho de Administração, podendo, no entanto, não ser preenchida a vaga, desde que os Diretores remanescentes satisfaçam o mínimo de 6 (seis) Diretores exigidos pelo Artigo 11 deste Estatuto e, entre estes, pelo menos dois diretores dedicados a cada uma das Unidades de Negócios.

**ARTIGO 14:** Nas ausências temporárias do Diretor Presidente, o Diretor Presidente da Unidade Embraco e o Diretor Presidente da Unidade Eletrodomésticos atuarão como substitutos nos assuntos da Unidade Embraco ou da Unidade Eletrodomésticos, respectivamente. Nas ausências temporárias de qualquer outro Diretor, competirá ao Diretor Presidente indicar qual Diretor será o substituto.

**ARTIGO 15:** A representação da Companhia far-se-á de acordo com as seguintes regras: I. Todos os atos, contratos e documentos que envolvam obrigação para a Companhia, incluindo a emissão de cheques e títulos de crédito de qualquer natureza e desembolso de recursos da Companhia, serão firmados por: (a) 2 (dois) Diretores, em conjunto, ou (b) 1 (um) Diretor e 1 (um) Procurador, ou, ainda; (c) 2 (dois) Procuradores, desde que estes tenham poderes expressos para a prática do ato; II. Todas as procurações serão sempre assinadas por 2 (dois) Diretores em conjunto, e serão outorgadas para fins específicos e por tempo determinado, com exceção de procurações "*ad judicium*" e "*ad judicium et extra*" que poderão ser outorgadas pela Companhia a advogados por prazo indeterminado, esta última referente a poderes de atuação em juízo ou fora dele, e perante terceiros, incluindo quaisquer autoridades, órgãos e agências governamentais, quer federais, estaduais ou municipais. III. A Diretoria, em casos especiais e por tempo determinado, poderá autorizar um Diretor ou um Procurador a assinar individualmente; IV. Nos atos de simples rotina ou correspondência, representação perante repartições públicas ou quaisquer processos administrativos ou judiciais, na emissão de duplicatas e nos respectivos endossos para cobrança, assim como, nos endossos para depósito de cheques em nome da Companhia, qualquer Diretor ou Procurador, este último desde que com poderes expressos para a prática do ato, poderá agir, individualmente.

**ARTIGO 16:** O Diretor Presidente se reportará ao Presidente do Conselho de Administração, e terá o dever de administrar e ser responsável por todas as atividades sociais e operações da Companhia e ainda coordenar e ser responsável pelas atividades dos demais Diretores, alocados funcionalmente para a Unidade Embraco ou para a Unidade Eletrodomésticos.

**ARTIGO 17:** Os demais Diretores assistirão o Diretor Presidente e com ele cooperarão na administração da Companhia, da seguinte forma: (a) os Diretores da Unidade Embraco ficarão responsáveis precipuamente pela administração dos negócios de compressores herméticos, soluções de refrigeração e produtos relacionados; e (b) os Diretores da Unidade Eletrodomésticos ficarão responsáveis precipuamente pela administração dos negócios de eletrodomésticos e produtos relacionados.

**ARTIGO 18:** A Diretoria reunir-se-á uma vez por trimestre, independentemente de convocação, ou sempre que for necessário, mediante convocação do Diretor Presidente, ou de 2 (dois) Diretores, e suas deliberações serão tomadas por maioria de votos, tendo o Diretor Presidente, também, o voto de qualidade, no caso de empate. Para validamente deliberar, será indispensável a presença da maioria dos Diretores e o "quorum" para decisões será a maioria simples. Das deliberações da Diretoria, lavrar-se-á ata no livro próprio. Parágrafo Único - A Diretoria deliberará, em colegiado, sobre as matérias abaixo descritas: (a) aprovar as operações e contratos, de qualquer natureza, incluindo os financeiros, que de forma única ou conexa, ultrapassem o montante de 8% (oito por cento) do patrimônio líquido da companhia, conforme previsto no último balanço patrimonial aprovado pela Assembleia Geral; (b) aprovar a alienação, aquisição, oneração e arrendamento de bens imóveis; (c) aprovar a concessão, pela Companhia, de garantias, fianças ou avais, em favor de companhias coligadas, controladas ou de terceiros; (d) aprovar a alienação, aquisição e oneração de bens do ativo fixo,

que não sejam bens imóveis ou direitos a eles relacionados, cujo valor não ultrapasse o montante de 1% (um por cento) do patrimônio líquido da companhia, conforme previsto no último balanço patrimonial aprovado pela Assembleia Geral; (e) aprovar a abertura ou fechamento de filiais, agências, escritórios de representação, fábricas e depósitos em qualquer parte do território nacional ou do exterior; (f) aprovar a aquisição, alienação e licenciamento de marcas, patentes ou processos industriais; e (g) aprovar a prática de atos gratuitos razoáveis em benefício da comunidade de que participa a Companhia.

**ARTIGO 19:** A remuneração dos Administradores será fixada pela Assembleia Geral, em montante global, e será composta de honorários e de uma participação de até 6% (seis por cento) do lucro apurado, esta desde que seja distribuído a todas as ações da Companhia um dividendo mínimo, equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício e desde que tal participação não exceda os honorários anuais e globais dos membros do Conselho de Administração e Diretores. Os honorários e a referida participação nos lucros serão distribuídos entre os membros do Conselho de Administração e Diretores por decisão do Conselho de Administração.

#### **Conselho Consultivo.**

**ARTIGO 20:** O Conselho Consultivo, quando instalado, será composto de 3 (três) a 6 (seis) membros independentes, um dos quais será nomeado Presidente, eleitos anualmente pelo Conselho de Administração, com mandato não superior a 1 (um) ano, podendo ser reeleitos, ao qual competirá aconselhar a Administração nas suas atividades, em especial, com relação aos temas de ordem econômica, de mercado interno e externo, política, gestão, entre outros. §1º - Ocorrendo vaga, poderá o Conselho de Administração nomear substituto para completar o mandato em curso. §2º - A verba remuneratória do Conselho Consultivo será fixada pelo Conselho de Administração. §3º - O Conselho Consultivo reunir-se-á até 4 (quatro) vezes ao ano, analisando, em separado, os negócios da Unidade Embraco e da Unidade Eletrodomésticos.

#### **Conselho Fiscal.**

**ARTIGO 21:** O Conselho Fiscal, que não será de funcionamento permanente, compor-se-á de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, residentes no país, e somente será instalado pela Assembleia Geral nos casos previstos em lei. Parágrafo Único - A Assembleia Geral que instalar o Conselho Fiscal elegerá seus membros e suplentes e fixará sua remuneração.

#### **Assembleias Gerais de Acionistas.**

**ARTIGO 22:** Os Acionistas reunir-se-ão, ordinariamente, dentro dos quatro primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses da Companhia o exigirem. O Presidente do Conselho de Administração presidirá as Assembleias Gerais, ou na sua falta a pessoa então escolhida pelos presentes, que nomeará o secretário para os trabalhos. Parágrafo Único - Só poderão participar das Assembleias Gerais os Acionistas cujas ações estejam inscritas em seu nome nos registros da Instituição Financeira Depositária designada pelo Conselho de Administração. Durante os 5 (cinco) dias que antecederem as Assembleias Gerais ficarão suspensos os serviços de transferência de ações.

#### **Exercício Social, Demonstrações Financeiras. Lucros.**

**ARTIGO 23:** O exercício social terminará no dia 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano, quando, obedecidas as determinações legais, serão elaboradas as demonstrações financeiras do exercício. §1º - O Conselho de Administração poderá distribuir dividendos intermediários "ad referendum" da Assembleia Geral, observadas as seguintes regras: (a) Com base no balanço semestral, levantado no dia 30 (trinta) de junho de cada ano, à conta do lucro apurado nesse balanço, ou de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes; (b) Com base nos balanços trimestrais, levantados nos dias 31 (trinta e um) de março e 30 (trinta) de setembro de cada ano, à conta do lucro apurado nestes balanços, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital, de que trata o § 1º, do Artigo 182, da Lei 6.404/76; (c) Com base no balanço anual, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes. § 2º - O lucro líquido anual, apurado na forma da Lei, e após deduzidos os eventuais

prejuízos acumulados, bem como, as necessárias provisões, inclusive a provisão para o Imposto de Renda e as participações estatutárias dos Administradores, será distribuído da seguinte forma: (a) 5% (cinco por cento) para constituição da Reserva Legal, até que atinja o limite legal; (b) a importância necessária para pagar o dividendo mínimo, não cumulativo, de 25% (vinte e cinco por cento), a ser distribuído entre as ações ordinárias e preferenciais, na forma do artigo 5º, §1º, deste Estatuto. § 3º - O remanescente do lucro líquido do exercício será alocado conforme proposta do Conselho de Administração e aprovação da Assembleia Geral de Acionistas. §4º - O remanescente do lucro líquido do exercício poderá ser alocado à Reserva de Investimentos, com a finalidade de assegurar a manutenção e o desenvolvimento das atividades que compõem o objeto social da Companhia, realizar investimentos em ativo permanente e assegurar a manutenção do capital circulante. Poderá ser destinado a esta Reserva de Investimentos montante que não ultrapasse 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, até atingir o limite máximo do capital social da Companhia.

**ARTIGO 24:** Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá emitir notas promissórias para colocação pública, cabendo-lhe estabelecer: I - o valor da emissão, e a sua divisão em séries, se for o caso; II - a quantidade e valor nominal das notas promissórias; III - as condições de remuneração e de atualização monetária, se houver; IV - o prazo de vencimento dos títulos; V - garantias, quando for o caso; VI - demonstrativo para comprovação dos limites previstos pelas autoridades competentes; VII - local de pagamento; e VIII - contratação de prestação de serviços, tais como custódia, liquidação, emissão de certificados, agente pagador, conforme o caso.

**ARTIGO 25:** Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá pagar ou creditar aos seus Acionistas, individualizadamente, juros a título de remuneração do capital próprio, calculados sobre as contas do patrimônio líquido e limitados à variação, "pro rata" dia, da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP ou de outra que venha a substituí-la, observadas as disposições legais. § 1º - A critério do Conselho de Administração, os juros, de que trata este Artigo, poderão ser pagos mensalmente, bimestralmente, trimestralmente, semestralmente ou anualmente, com base nos lucros existentes apurados em balanço a ser levantado para essa finalidade, na ocasião. § 2º - O valor dos juros não distribuídos poderá ser mantido em conta de Reserva destinada a aumento de capital, por deliberação do Conselho de Administração. § 3º- Por deliberação do Conselho de Administração, "ad referendum" da Assembleia Geral Ordinária, o valor dos juros pagos ou creditados pela Companhia, na forma acima mencionada, poderá ser imputado ao valor do dividendo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento), a que se refere a alínea "b", do § 2º, do Artigo 23, deste Estatuto.

